

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
2 **DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE**  
3 **ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte  
4 e um, às nove horas, reuniu-se a Congregação da Faculdade de Educação, através  
5 do Google Meet, em virtude da necessidade de isolamento social pela pandemia da  
6 Covid-19, sob a presidência do DIRETOR da Faculdade de Educação, PROFESSOR  
7 DOUTOR RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA, com a presença dos seguintes  
8 conselheiros: DIRETOR ASSOCIADO: Professor Doutor Alexandro Henrique Paixão;  
9 CHEFES DE DEPARTAMENTO: Professores Doutores: Gabriela Guarnieri de  
10 Campos Tebet (DECISE); Arnaldo Pinto Júnior (DELART); Selma Borghi Venco  
11 (DEPASE); Carlos Miguel Ribeiro da Silva (DEPRAC); Camila Alves Fior (DEPE);  
12 Fabiana de Cássia Rodrigues (DEFHE). COORDENADORES: Professores Doutores:  
13 Antonio Carlos Rodrigues de Amorim (Pós-Graduação); Ana Lúcia Horta Nogueira  
14 (Extensão, Eventos e Pesquisa); Norma Silvia Trindade de Lima (Graduação –  
15 Pedagogia); Anderson Ricardo Trevisan (Graduação – Licenciaturas).  
16 REPRESENTANTES DOCENTES – Professores Doutores: MS-3: Alexandrina  
17 Monteiro. BANCADA GERAL – Professores Doutores: Nima Imaculada Spigolon,  
18 Alessandra Aparecida Viveiro, Carolina de Roig Catini, Lalo Watanabe Minto, Soely  
19 Ap. Jorge Polydoro. REPRESENTANTES DISCENTES: Isis Caniello, Julia Pacheco e  
20 Zan, Ricardo Ariel N. Gilbert Bruno, Michelle Simões da Silva, Viviane Cardoso da  
21 Silva. REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS: Juliana Marques  
22 Lourenço, Noemi Rodrigues Jacintho, Simone Lucas Gonçalves Oliveira. AUSÊNCIAS  
23 JUSTIFICADAS: Prof. Guilherme do Val Toledo Prado, sem substituição; Profa.  
24 Miriam Cardoso Utsumi, sendo substituída pelo Prof. Carlos Miguel Ribeiro da Silva;  
25 servidor Diego Barbosa, sendo substituído pela servidora Simone Lucas Gonçalves  
26 Oliveira; Prof. Rogério Adolfo de Moura, sendo substituído pelo Prof. Arnaldo Pinto  
27 Júnior. Como convidados compareceram: Prof. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda  
28 (CPFP); Luciana Rodrigues (CTU/FE). Antes de iniciar formalmente a reunião, o  
29 **Professor Renê Trentin** passou a palavra ao **Professor Alexandro Paixão** que  
30 informou que tinha uma notícia triste de falecimento do esposo de uma aluna da pós-  
31 graduação. Passou então a palavra para a Profa. Gabriela Tebet, com seus  
32 sentimentos e de toda à Congregação, para que ela pudesse dar maiores detalhes. A  
33 **Professora Gabriela Tebet** informou que Matheus Santos, 30 anos de idade,  
34 administrador público, mestre e doutorando no IG/Unicamp. Era marido da estudante  
35 do PPGE, Marisa Demarzo, sua orientanda. No mês de março havia completado 11  
36 anos, ininterrupto, de universidade pública, entre graduação, mestrado e doutorado.

37 Em sua memória e em solidariedade à estudante Marisa Demarzo e amigos, deixou  
38 ali sua homenagem e sua indignação em relação à política de morte que está posta  
39 no cotidiano como resultado da péssima gestão pública do governo federal. Finalizou  
40 desejando a todos que se cuidem, pois não é uma “gripezinha” e que não está  
41 acabando. O **Professor Alexandro Paixão** solicitou 1 minuto de silêncio. Antes  
42 porém, o **Professor Renê Trentin** solicitou estender o momento a outra situação.  
43 Mencionou que era dia 31 de março e se lembrava um episódio fundamental da  
44 história de Brasil que explica o que estamos passando na atualidade, que foi o golpe  
45 de 64. É preciso de referir a esse período com o nome que realmente tem: golpe. Não  
46 foi revolução, não foi movimento, não foi uma manifestação. Foi um golpe de Estado  
47 que depôs arbitrariamente um Presidente da República, democrática e legitimamente  
48 eleito e que instalou a ditadura militar que durou mais de 20 anos, uma flagrante afronta  
49 à Constituição. Foi, portanto, uma ação arbitrária, ilegal e ilegítima. Não há nada para  
50 comemorar naquela data, como sugeriu o novo Ministro da Defesa. A data merece ser  
51 lembrada, mas como um dos episódios mais tristes, trágicos e vergonhosos da história  
52 do país. Precisa ser lembrada para que não se repita e para ensinar às novas  
53 gerações, a importância e o valor da democracia. Embora os protagonistas tivessem  
54 sido os militares, o mais correto, como dizem alguns historiadores, seria chamá-lo de  
55 golpe civil-militar. Lembrou ainda da importância de se consultar e divulgar o relatório  
56 da Comissão da Verdade, instalada em 2012. Então, o luto de hoje seria por todas  
57 essas razões. Pediu que todos fechassem as câmeras para que as telas em sinal de  
58 luto para 1 minuto de silêncio. Após isso, o **Professor Alexandro Paixão** reforçou o  
59 convite para a 6ª edição do evento Golpe, Ditadura e Educação, organizado pela  
60 Profa. Débora Mazza e Profa. Nima Spigolon, com a presença do Prof. Roberto  
61 Romano, que seria realizado naquele dia às 15 horas. Em seguida, o **Professor Renê**  
62 **Trentin** deu início oficialmente a 351ª reunião da Congregação da Faculdade de  
63 Educação. Passou para o **EXPEDIENTE** e submeteu a apreciação da Ata da 350ª  
64 Reunião Ordinária realizada em 03/03/2021, perguntando se havia alguma  
65 observação a ser feita. A **Professora Carolina Catini** observou que estava faltando  
66 a aprovação da ata da reunião de outubro/2020 e seria importante que estivesse  
67 presente para aquela reunião. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que a reunião  
68 de outubro teve a duração de cerca de 3 horas e meia dentro de um mesmo assunto.  
69 Houve um período de férias da equipe da Direção, que foi intercalada, além das outras  
70 demandas que não pararam de chegar. Afirmou que a ata seria apresentada na próxima  
71 reunião. Pediu a compreensão dos conselheiros com o atraso. Não houve  
72 observações e o **Professor Renê Trentin** submeteu a ata para votação, a qual foi

73 aprovada com 11 abstenções. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou para o  
74 item **02. Informes conselheiros**. A **Professora Ana Aragão** pediu a palavra para  
75 apontar uma correção a ser feita nas páginas 150 e 154 da pauta, uma vez que  
76 constou a palavra “relatórido”, e o correto é “relatório”. O **Professor Anderson**  
77 **Trevisan** informou que durante a semana de planejamento várias questões foram  
78 pontuadas dentre as quais o fato de alguns estudantes não abrirem as câmeras  
79 durante as aulas. Nas reuniões surgiu a ideia da produção de um material sobre como  
80 sobreviver ao ensino remoto. A Profa. Ana Archangelo produziu um vídeo “Nossos  
81 corpos importam”, que já estava circulando. Informou que a Profa. Nima Spigolon  
82 também estava produzindo um material para divulgação. Agradeceu em nome das  
83 coordenações as iniciativas das professoras e incentivou outros que também façam  
84 se assim o desejarem. A **estudante Viviane Cardoso da Silva** observou que era um  
85 dia de “descomemoração” nacional, ditadura nunca mais nesse país. Informou que a  
86 pós-graduação na contramão de tudo o que está sendo defendido, que é o isolamento  
87 social, a preservação da vida, decidiram nacionalmente fazer uma manifestação no  
88 dia anterior em prol da vida, do direito da população a ter alimentos e, principalmente,  
89 em prol da democracia. Várias capitais do Brasil tiveram movimentações. Achou  
90 importante levar o informe para registro. Demonstrando assim a discordância com o  
91 governo central, que tem colocado a população e risco, além de grupos falando no  
92 retorno presencial das aulas, colocando as crianças e suas famílias, os profissionais  
93 da educação em risco. Se solidarizou à sua colega Marisa que perdeu o esposo.  
94 Mencionou que no dia anterior o país chegou a 4 mil mortes em um dia. Em seguida,  
95 o **Professor Renê Trentin** passou para o item **03. Informes Direção**. **A)** A Minuta do  
96 RDIDP não foi pautada na reunião do CONSU do dia anterior, ficando para a próxima  
97 gestão. Haveria assim mais tempo para discussão interna. **B)** Destacou que a Reitoria  
98 restringiu ainda mais a presença física no campus e na FE também haveria uma  
99 diminuição desse trabalho presencial. **C)** Consulta feita pela FE sobre dificuldade de  
100 saber como usar as redes sociais e direito de imagem, na sala de aula e fora dela,  
101 sobre canal do Youtube. A Administração Central publicou no site do EA2 uma série  
102 de perguntas e respostas muito interessantes sobre o tema. Convidou a todos para  
103 acessarem e se orientarem. Pediu que a Profa. Soely complementasse os detalhes.  
104 A **Professora Soely Polydoro** lembrou que uma das orientações do material  
105 divulgado se refere ao plano da disciplina, onde deve constar se as aulas serão  
106 gravadas (ou não) e disponibilizadas apenas para a turma. No FAQ tinha todas as  
107 informações detalhadas. O link foi colocado no chat. Salientou que o trabalho envolveu  
108 a PG, o GR e o GGTE. Foram abarcadas grande parte das questões, mas caso surjam

109 mais questionamentos, que sejam encaminhados para análise. O **Professor Renê**  
110 **Trentin** continuou com os informes da Direção. **D)** Terceira revisão orçamentária. Foi  
111 apresentado um valor de 8,7 milhões de déficit. Houve crescimento da arrecadação  
112 no final de 2020. Receitas próprias caíram. O cenário no início do ano não era tão  
113 assustador. Maiores detalhes podem ser acessados no site da AEPLAN. **E)** Políticas  
114 de ações afirmativas. Foi aprovada a adoção de cotas para candidatos negros e  
115 pardos nos concursos da carreira PAEPE. Serão reservadas 25% das vagas desses  
116 concursos para autodeclarantes pretos e pardos. **F)** Eleição representação docente  
117 no CONSU. As eleições serão nos dias 01 e 02/06 e as inscrições a partir de 26/04.  
118 Talvez esse calendário sofra alguma alteração, mas o calendário completo será  
119 divulgado oportunamente pela Secretaria Geral. Pediu que todos ficassem atentos  
120 pois é importante ter representante no CONSU para encaminhar as pautas da  
121 Unidade. O **Professor Alexandro Paixão** agradeceu a todos que participaram do  
122 evento Desafios da FE. Foi um momento muito importante nas mesas, não só os  
123 expositores e relatores, mas a participação intensa no YouTube. Informou que ainda  
124 tinha a última etapa que seria no dia 09/04, que era a plenária. Lembrou que é  
125 necessário que todos aqueles que participaram das mesas estejam presentes no *meet*  
126 do dia 09, e que na próxima semana enviaria o convite para a atividade envolvendo  
127 toda a Faculdade de Educação. A seguir, o **Professor Renê Trentin** deu entrada no  
128 item **II) ORDEM DO DIA. A. PARA CIÊNCIA. 01.** Recondução do Prof. Dr. Silvio  
129 Donizetti de Oliveira Gallo e indicação da Profa. Dra. Helena Maria Sant'Ana Sampaio  
130 Andery para ocuparem a posição de Editores-Chefes da Revista Pro-Posições. Carta  
131 de 12/03/2021. **02.** Nova Coordenação do PECIM para o período de 01/04/2021 a  
132 31/03/2023, conforme Of. CPG/PECIM 004/2021. Profa. Dra. Maria Inês de Freitas  
133 Petrucci dos Santos Rosa – coordenadora. Prof. Dr. Carlos Miguel da Silva Ribeiro –  
134 coordenador associado. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** entrou no **item B.**  
135 **HOMOLOGAÇÃO. 01.** Solicitação de adesão ao Programa Professor Colaborador da  
136 Profa. Dra. Maria do Carmo Martins – Departamento de Educação, Conhecimento,  
137 Linguagem e Arte. Of. DELART nº 005/2021, de . 06/01/2021. Aprovado “*ad*  
138 *referendum*” da Congregação. O **Professor Renê Trentin** submeteu o item para votação,  
139 o qual foi homologado por unanimidade. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou para  
140 o item **C. DELIBERAÇÃO**. O **Professor Renê Trentin** perguntou se havia algum  
141 destaque a ser feito pelos conselheiros, além dos itens já destacados pela Direção. A  
142 **Professora Gabriela Tebet** solicitou destaque para o **item 07**. A **Professora Nima**  
143 **Spigolon** solicitou destaque para os itens 17, 18 e 19. Em seguida, o **Professor Renê**  
144 **Trentin** submeteu os itens não destacados e, colocados em votação, foram aprovados

145 por unanimidade. a. **DIREÇÃO. 04.** Proposta de calendário anual para concursos de  
146 livre docência na FE – ano 2021. **05.** Indicação de representação discente nas  
147 comissões da Congregação. Comissão de Ensino e Pesquisa – CEPE – Júlia Pacheco  
148 e Zan (titular) e Isis Caniello (suplente). Comissão de Orçamento – Viviane Cardoso  
149 da Silva (titular) e Michelle Simões da Silva (suplente). Comissão de Legislação e  
150 Normas – CLN – Ricardo Ariel Noberto Gilbert Bruno (titular) e Mariana de Castro  
151 Lourenço (suplente). b. **DEPARTAMENTOS. 06.** Solicitação de renovação no  
152 programa de professor colaborador – Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião –  
153 Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais. Of. DEPASE nº  
154 003/2021. **07.** Solicitação de renovação no programa de professor pesquisador –  
155 Profa. Dra. Carmen Lúcia Rodrigues Arruda, junto ao Departamento de Ciências  
156 Sociais na Educação. Of. DECISE nº 008/2021. **08.** Solicitação de renovação no  
157 programa de professor colaborador – Prof. Dr. Nelson Antonio Pirola, junto ao  
158 Departamento de Psicologia Educacional. Of. DEPE nº 012/2021. **09.** Solicitação de  
159 renovação no programa de professor colaborador – Prof. Dr. José Renato Polli, junto  
160 ao Departamento de Filosofia e História da Educação. Of. DEFHE nº 010/2021. **10.**  
161 Solicitação de renovação no programa de professor colaborador – Prof. Dr. José Luís  
162 Sanfelice, junto ao Departamento de Filosofia e História da Educação. Of. DEFHE nº  
163 012/2021. **11.** Solicitação de renovação no programa de professor colaborador – Prof.  
164 Dr. Fernanda Keila Marinho da Silva, junto ao Departamento de Ensino e Práticas  
165 Culturais. Of. DEPRAC nº 011/2021. **12.** Relatório de Atividades Docente – Prof. Dr.  
166 Lalo Watanabe Minto – Departamento de Filosofia e História da Educação. Período  
167 01/09/2017 a 31/08/2020. Of. DEFHE nº 011/2021. **13.** Estágio probatório da Profa.  
168 Dra. Juliana Rink, do Departamento de Ensino e Práticas Culturais. Período 07/2018  
169 a 01/2021. Of. DEPRAC nº 010/2021. **14.** Solicitação do Prof. Dr. Anderson Ricardo  
170 Trevisan – Departamento de Ciências Sociais na Educação, do exercício de atividades  
171 simultâneas, junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo  
172 para implementação do Currículo da Cidade de São Paulo – Ensino Médio –  
173 Componente Curricular Sociologia, no período de 01/04/2021 a 01/04/2022. Of.  
174 DECISE nº 016/2021. **15.** Solicitação do Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira –  
175 Departamento de Filosofia e História da Educação, do exercício de atividades  
176 simultâneas, junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo  
177 para implementação do Currículo da Cidade de São Paulo – Ensino Médio –  
178 Componente Curricular Filosofia, no período de março a dezembro/2021. Of. DEFHE  
179 nº 013/2021. **16.** Solicitação da Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha de *cancelamento* das  
180 atividades simultâneas, junto ao Núcleo de Pesquisa Aplicada em Educação – Think

181 Tank, do Instituto Unibanco, em São Paulo, no período de fevereiro/2020 a  
182 novembro/2021, aprovada na Congregação de 18/12/2019. Of. DEPE nº 013/2021. **c.**  
183 **COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO.** **20.** Proposta para alteração de catálogo  
184 graduação 2022 para o Curso 20 Pedagogia Integral e para o Curso 38 Pedagogia  
185 Noturno, sem alterações. Ofício Graduação/FE nº 32/2021. **21.** Proposta para  
186 alteração de catálogo Graduação 2022 para o Curso 56 Licenciatura Integrada em  
187 Química e Física nos termos do Ofício Graduação/FE nº 33/2021. **22.** Plano  
188 Emergencial para estágios na FE 1s2021, produzido no Seminário de Estágios.  
189 Ofício Graduação nº 35/2021. **23.** Solicitação de alteração do vetor SL da disciplina  
190 AM 097 – “Diálogos Interculturais: povos indígenas e a universidade”, sendo a  
191 ampliação de 2 para 4 créditos. Of. DELART nº 016/2021. Aprovado “ad referendum”  
192 da CG/FE. **d. COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO.** **24.** Proposta de Oferecimento do  
193 Curso de Difusão Cultural-S EDU-0330 – A sobrevivência psíquica do professor em  
194 tempos de crise: aspectos afetivos da relação professor-aluno, sob a responsabilidade  
195 da Profa. Dra. Ana Archangelo. Parecer CEFE nº 09/2021. **25.** Proposta de  
196 Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU-0332 – Educação estética e  
197 desenvolvimento humano: expressões e (trans)formações mediadas pela arte, sob a  
198 responsabilidade da Profa. Dra. Ana Lúcia Horta Nogueira. Parecer CEFE nº 10/2021.  
199 **26.** Proposta de Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU-0362 –  
200 Alfabetização discursiva e relações de ensino: ensino remoto na pandemia, sob a  
201 responsabilidade da Profa. Dra. Ana Lúcia Horta Nogueira. Parecer CEPE nº 11/2021.  
202 **27.** Proposta de Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU 0333 –  
203 Entendendo a inclusão escolar como direito, sob a responsabilidade da Profa. Dra.  
204 Maria Teresa Eglér Mantoan. Parecer CEFE nº 12/2021. **28.** Proposta de  
205 Oferecimento do Curso de Extensão Múltiplo EDU-0335 – Arte e pedagogia  
206 contemporânea fios que conectam a educação do olhar ao conhecimento, sob a  
207 responsabilidade da Profa. Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan. Parecer CEFE nº  
208 13/2021. **29.** Proposta de Oferecimento do Curso de Difusão Cultural-S EDU-0334 –  
209 Pedagogia Freinet no ensino fundamental, sob a responsabilidade da Profa. Dra.  
210 Adriana Varani. Parecer CEFE nº 14/2021. **30.** Prestação de Contas do Convênio  
211 Funcamp nº 927.19 – Cursos Extecamp/FE referente ao exercício de 2020. Parecer  
212 CEFE nº 15/2021. **e. COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO. PROGRAMA DE**  
213 **PESQUISADOR DE PÓS-DOCTORADO.** **31.** Profa. Dra. Ângela Maria Silveira  
214 Portelinha. Ingresso no PPPD. Supervisão do Prof. Dr. José Luis Sanfelice. Período:  
215 03/2021 a 02/2022. Informação CPG nº 025/2021. **32.** Profa. Dra. Maria Nizete de  
216 Azevedo. Ingresso no PPPD. Supervisão da Profa. Dra. Ana Luiza Bustamante

217 Smolka. Período: 01/08/2021 a 31/07/2022. Informação CPG nº 025/2021. **33.** Profa.  
218 Dra. Lilian Karam Parente Cury Spiller. Ingresso no PPPD. Supervisão do Prof. Dr.  
219 Dario Fiorentini. Período: 03/2021 a 02/2022. Informação CPG nº 025/2021. **34.** Prof.  
220 Dr. José Luiz de Castro. Ingresso no PPPD. Supervisão da Profa. Dra. Nima  
221 Imaculada Spigolon. Período: janeiro a dezembro/2021. Informação CPG nº 025/2021.  
222 **35.** Profa. Dra. Regina da Silva Pina Neves. Renovação no PPPD. Supervisão do  
223 Prof. Dr. Dario Fiorentini. Período: 20/02 a 31/07/2021. Informação CPG nº 028/2021.  
224 **36.** Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Ferreira. Relatório Final no PPPD. Supervisão do  
225 Prof. Dr. Silvio D. Oliveira Gallo. Informação CPG nº 027/2021. **37.** Prof. Dr. Edson  
226 Francisco de Andrade. Relatório Final no PPPD. Supervisão da Profa. Dra. Cristiane  
227 Machado. Informação CPG nº 027/2021. **CADASTRAMENTO/CRENCIAMENTO**  
228 **JUNTO AO PPGE.** **38.** Credenciamento como Professor Visitante junto ao PPGE, da  
229 Profa. Dra. Carmen Lucia Brancaglioni Passos, para orientação da tese de doutorado  
230 do estudante Rodrigo Serra, no período de 31/03/2021 a 30/03/2023. Informação CPG  
231 nº 21/2021. **39.** Credenciamento como Professor Permanente junto ao PPGE, do Prof.  
232 Dr. Estefano Vizconde Veraszto, no período de 25/03/2021 a 24/03/2022. Informação  
233 CPG nº 21/2021. **40.** Credenciamento como Professor Colaborador junto ao PPGE,  
234 do Prof. Dr. Nelson Antonio Pirola, para orientação da tese de doutorado de Helen  
235 Castro Almeida Leite, no período de 24/10/2020 a 23/10/2022. Informação CPG nº  
236 21/2021. **41.** Descredenciamento da Profa. Dra. Maria José Pereira Monteiro de  
237 Almeida, junto ao Mestrado Profissional em Educação Escolar. Informação CPG nº  
238 23/2021. A seguir, o **Professor René Trentin** passou à apreciação dos itens  
239 destacados. **a. DIREÇÃO. 01.** Proposta de Regimento da Congregação da Faculdade  
240 de Educação. A **Professora Nima Spigolon** pediu os seguintes acréscimos: no  
241 subtítulo IV – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – **6** - acrescentar após Coordenador  
242 de Pós-Graduação, “acadêmico e profissional...” No Capítulo II – subtítulo DAS  
243 COMISSÕES PERMANENTES - **Artigo 7º - § 3º** acrescentar “acadêmico e  
244 profissional...” A **servidora Juliana Lourenço** pediu para acrescentar Coordenador de  
245 Extensão, Eventos e Pesquisa ao **Artigo 3º**. O **Professor René Trentin** perguntou se  
246 o DECISE mantinha a sugestão de colocar presidente nato no Inciso I do **Artigo 2º**. A  
247 **Professora Gabriela Tebet** falou que poderia tirar. O próximo item apresentado pelo  
248 **Professor René Trentin** foi a questão dos membros complementários: **Artigo 2º -**  
249 **Inciso XIII.** O Presidente da CPFPP como membro complementário. Submeteu a  
250 votação e foi aprovado por unanimidade. O Coordenador do PECIM como membro  
251 complementário. Submeteu a votação e foi aprovado com 2 abstenções. Em seguida  
252 colocou a questão do voto. Colocou em votação se a CPFPP teria direito a voto. Foram

253 02 votos favoráveis; 19 votos contrários e 4 abstenções. Sendo assim, o Presidente  
254 da CFPF não teria direito a voto. Colocou em votação se o Coordenador do PECIM  
255 teria direito a voto. Foram 21 votos contrários e 4 abstenções. Sendo assim, o  
256 Coordenador do PECIM não teria direito a voto. Colocou em votação que os  
257 candidatos têm apenas direito a voz. Aprovado por unanimidade. **Artigo 7º § 4º** - “O  
258 mandato dos coordenadores de Pós-Graduação, Graduação, Extensão, Eventos e  
259 Pesquisa e Chefes de Departamento será coincidente com as respectivas  
260 designações e os representantes docentes terão mandato de, no máximo, 2 anos”.  
261 Submeteu à votação. Foi aprovado por unanimidade. Capítulo VI – Do Expediente:  
262 **Artigo 28, item c** com a seguinte redação: “apresentação de pedidos de inclusão de  
263 matéria na Ordem do Dia da mesma sessão, quando se tratar de assunto  
264 comprovadamente inadiável”. Submeteu a votação. Foi aprovado com 9 abstenções.  
265 **Artigo 40** – exclusão da modalidade voto secreto. Submeteu a votação. Foi aprovado  
266 com 22 votos favoráveis e 4 abstenções. **Artigo 41**. Houve alguns considerações  
267 quanto ao texto que resultou em 2 propostas. PROPOSTA 1 – O processo comum de  
268 votação será o ativo, salvo dispositivo expresse proposta de um membro da  
269 Congregação, aprovada pelo Plenário. Submeteu para votação. Foram 13 votos.  
270 PROPOSTA 2 – O processo comum de votação será o ativo, salvo dispositivo  
271 expresse ou proposta de um membro da Congregação, aprovada pelo Plenário.  
272 Submeteu para votação. Foram 11 votos. Foram 2 abstenções. O **Professor Renê**  
273 **Trentin** informou que ficou mantida a redação original. A seguir, o **Professor Renê**  
274 **Trentin** submeteu o documento como um todo para votação, o qual foi aprovado por  
275 unanimidade. Agradeceu a todos que colaboraram na elaboração desse documento.  
276 Em seguida, o **Professor Renê Trentin** passou para o **item 02**. Proposta de  
277 Regimento da Faculdade de Educação. **Artigo 2º** - manutenção da palavra  
278 educadores. Aprovado por unanimidade. Flexão feminina para o documento todo.  
279 Aprovado com 1 voto contrário. **Artigo 8º - Inciso XIII - § 1º** acrescentar: “... sem  
280 direito a voto”. Capítulo III – DOS DEPARTAMENTOS – **Artigo 34 – § 1º** A  
281 representação estudantil será composta por até 3 (três) membros entre estudantes de  
282 graduação e de pós-graduação, respeitada a exigência de que os docentes sejam, no  
283 mínimo, 70% (setenta por cento) dos membros do Departamento. Aprovado por  
284 unanimidade. TÍTULO V - DAS COMISSÕES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS –  
285 **Artigo 40 – § 1º** acrescentar Comissão de Extensão, Eventos e Pesquisa. Capítulo I  
286 – DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – **Artigo 43** – O Programa de Pós-  
287 Graduação da Faculdade é constituído pelo Programa de Mestrado e de Doutorado  
288 em Educação e Programa de Mestrado Profissional em Educação Escolar, sendo

289 organizado em Linhas de Pesquisa, conforme definidas pelo Regimento da CPG e  
290 aprovadas pela Congregação da Unidade, CCPG e demais órgãos competentes da  
291 Universidade. Aprovado com 1 abstenção. CAPÍTULO II - DA COMISSÃO DE  
292 GRADUAÇÃO – **Artigo 45. Proposta 1:** Os Coordenadores dos Cursos de Graduação  
293 da FE são eleitos através de consulta interna à Comunidade (docentes, estudantes e  
294 servidores técnico- administrativos). 11 votos favoráveis. Proposta 2: Os  
295 Coordenadores dos Cursos de Graduação da FE são eleitos através de consulta  
296 interna à Faculdade e as candidaturas se constituirão na forma de chapa com 4  
297 representantes para ocuparem os cargos de coordenação e coordenação associada  
298 dos cursos de pedagogia e licenciatura. O mandato regular das coordenações de  
299 pedagogia e licenciaturas passam a ter início e fim coincidentes. 11 votos favoráveis.  
300 Foram 3 abstenções. Coube o voto de minerva ao **Professor Renê Trentin** que votou  
301 na proposta 1, observando que cabia ainda um amadurecimento na ideia de eleição  
302 por chapa. CAPÍTULO III - DA COMISSÃO DE EXTENSÃO, EVENTOS E PESQUISA.  
303 **Artigo 49** – Apenas alteração do nome Conselho de Extensão da Unicamp (CONEX)  
304 para Conselho Executivo de Extensão da Unicamp (Conext). **Artigo 50** – São  
305 atribuições e competências da Comissão de Extensão, Eventos e Pesquisa: inclusão  
306 do Inciso VI. Deliberar sobre proposta de abertura de cursos de extensão,  
307 encaminhando parecer à Congregação. Alterar Inciso VIII: “...Comissão de Extensão,  
308 Eventos e Pesquisa...” **Artigo 51** – atualizar o Inciso VI: “representar a Unidade no  
309 Conselho de executivo de Extensão da Unicamp (Conext) e na Congregação” - e  
310 incluir outro item "representar a Unidade na Comissão Central de Extensão (CCE) e  
311 na Comissão Central de Pesquisa (CCP)" Após as considerações efetuadas, o  
312 **Professor Renê Trentin** submeteu o documento como um todo para votação, o qual  
313 foi aprovado por unanimidade. A **estudante Michelle Simões** solicitou a retirada de  
314 pauta dos itens destacados. O **Professor Renê Trentin** perguntou aos responsáveis  
315 pelos itens, que se manifestassem quanto às implicações dessa retirada de pauta. A  
316 **Professora Ana Aragão** fez menção aos itens 17 e 18. Lembrou que na reunião da  
317 Congregação de outubro/2020, foi sugerido por aquele colegiado que as professoras  
318 buscassem outra Unidade para poderem fazer o convênio. Assim, o fizeram e o  
319 convênio foi firmado com o IdEA, e aprovado em todas as instâncias da universidade.  
320 Salientou que o que estava em pauta naquele momento não era o convênio, mas as  
321 atividades simultâneas as quais estão normatizadas pelo RDIDP. Não era possível a  
322 retirada de pauta, uma vez que o convênio já estava aprovado e os recursos na  
323 Funcamp já estavam disponíveis para execução. A **Professora Camila Fior**  
324 reconheceu a importância do destaque e do debate, mas manteve o posicionamento

325 do DEPE de que o tema fosse discutido e votado naquela reunião. A **Professora**  
326 **Soely Polydoro** sugeriu a manutenção dos 4 itens na pauta, apesar da expansão do  
327 horário da reunião, respeitando assim o que foi decidido no início da reunião. O  
328 **Professor Antonio Carlos Amorim** ressaltou que eram temas usuais, portanto, não  
329 iriam causar polêmica. O **Professor Arnaldo Pinto Júnior** também sugeriu a  
330 manutenção dos itens. A **Professora Fabiana Rodrigues** salientou que aqueles itens  
331 demandavam tempo de discussão e que não se tratava de uma pauta corriqueira.  
332 Mencionou que era uma pena não ter a ata de outubro para documentar a larga  
333 discussão ocorrida. A **Professora Nima Spigolon** reforçou a necessidade da  
334 democracia, conjugada com a prática política e pedagógica. O **Professor Carlos**  
335 **Miguel Ribeiro** foi contrário à retirada de pauta, uma vez que a realização de  
336 atividades simultâneas era algo comum e o convênio já estava aprovado. O **Professor**  
337 **Lalo Minto** observou que o tema exigia bastante debate. A retirada de pauta era para  
338 que em outro momento houvesse tempo suficiente para a discussão. Caso se  
339 definisse pela continuidade dos itens na pauta, que o teto fosse estendido para não  
340 prejudicar o debate. A **estudante Michelle Simões** pediu que fosse desconsiderada  
341 sua proposta de retirada de pauta dos itens destacados, caso o teto da reunião fosse  
342 estendido. O **Professor Renê Trentin** propôs a ampliação do teto da reunião até  
343 13h30m, o que foi aprovado. O **Professor Renê Trentin** passou para o item **03**. Carta  
344 aberta da Faculdade de Educação ao Congresso Nacional. Fez a leitura da carta para  
345 que as pessoas que estivessem assistindo a reunião pelo Youtube, pudessem ter  
346 ciência do teor. A seguir colocou em votação e o item 03 foi aprovado por  
347 unanimidade. A seguir, o **Professor Renê Trentin** passou a palavra para a Profa.  
348 Gabriela Tebet que pedira destaque para o **item 07**. Solicitação de renovação no  
349 programa de professor colaborador – Profa. Dra. Carmen Lúcia Rodrigues Arruda,  
350 junto ao Departamento de Ciências Sociais na Educação. Of. DECISE n° 008/2021. A  
351 **Professora Gabriela Tebet** informou que havia pedido destaque apenas para  
352 mencionar que a renovação em questão não era como professor colaborador, mas  
353 sim como pesquisador colaborador. O **Professor Renê Trentin** agradeceu a  
354 observação da Profa. Gabriela e colocou o **item 07** em votação, o qual foi aprovado  
355 por unanimidade. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** passou para os itens  
356 destacados em bloco, como se segue: **17**. Solicitação da Profa. Dra. Telma Pileggi  
357 Vinha do exercício simultâneo de atividades relacionadas ao Convênio de Cooperação  
358 entre o Instituto Unibanco e a Unicamp, com a interveniência da Funcamp, através do  
359 Instituto de Estudos Avançados (IdEA), pelo período de 5 anos, a partir da data de  
360 aprovação desse pedido, até o dia 20 de fevereiro de 2026, data final da vigência do

361 convênio. Of. DEPE nº 014/2021. **18.** Solicitação da Profa. Dra. Ana Maria Falcão de  
362 Aragão. do exercício simultâneo de atividades relacionadas ao Convênio de  
363 Cooperação entre o Instituto Unibanco e a Unicamp, com a interveniência da  
364 Funcamp, através do Instituto de Estudos Avançados (IdEA), pelo período de 5 anos,  
365 a partir da data de aprovação desse pedido, até o dia 20 de fevereiro de 2026, data  
366 final da vigência do convênio. Of. DEPE nº 015/2021. **19.** Solicitação do Prof. Dr.  
367 Maurício Ernica, de atividades simultâneas como coordenador do projeto de pesquisa  
368 “Educação e desigualdades no Brasil contemporâneo”, através do Núcleo de Estudos em  
369 Políticas Públicas (NEPP), com base no convênio entre a Fundação Tide Setúbal e a  
370 Unicamp, com interveniência da Funcamp, pelo período de quinze meses a partir da data de  
371 aprovação, até 01/03/2022, final da vigência do convênio. Of. DELART nº 008/2021. A  
372 **estudante Viviane Cardoso da Silva** fez a proposta de se discutir os itens 17, 18 e  
373 19 em conjunto, por se tratar da mesma questão e que a votação também fosse em  
374 conjunto. A **Professora Soely Polydoro** pediu esclarecimento quanto à  
375 especificidade dos 3 itens em questão. A **estudante Viviane Cardoso da Silva** disse  
376 que se tratava de atividades simultâneas. A **Professora Soely Polydoro** observou  
377 que essa especificidade também estava nos 14, 15 e 16, os quais foram aprovados  
378 sem destaque. A estudante **Viviane Cardoso da Silva** ressaltou que se tratava de  
379 atividades simultâneas junto ao Instituto Unibanco e a Tide Setúbal, que eram grupos  
380 empresariais altamente nocivos à educação. O **Professor René Trentin** reafirmou  
381 que os convênios em questão foram feitos fora da Faculdade de Educação, por meio  
382 do IdEA e do NEPP, não cabendo assim à FE, a aprovação. O que estava posto era  
383 a solicitação de atividades simultâneas de 3 docentes da Faculdade para participar  
384 desses convênios. Naquele momento, abriu a palavra para as inscrições, pedindo aos  
385 conselheiros que fossem objetivos. A **Professora Alexandrina Monteiro** ressaltou  
386 que diante da fala do Prof. René, de que os projetos já estavam aprovados, então o  
387 debate a ser feito envolvia a relação da FE tanto com esses grandes bancos e os  
388 grandes conglomerados financeiros quanto a questões das políticas educacionais que  
389 estão em jogo nesses processos. Os convênios já foram aprovados em outras  
390 instâncias, e de fato, parece que o que cabe à Faculdade de Educação não é nada  
391 relacionado a ser favorável ou contrário ao que está sendo posto. Nesse sentido, fez  
392 uma proposta para que fosse debatido na próxima congregação, o posicionamento da  
393 Faculdade de Educação em relação a esse ponto. Assim como foi feita uma carta de  
394 moção, sobre o momento atual, também caberia pensar num posicionamento da  
395 Faculdade em relação a essas intervenções financeiras no campo educacional  
396 enquanto políticas públicas. Porém, o que estava em pauta seriam as atividades

397 simultâneas dos colegas, o que estava dentro das normas do regimento da FE e da  
398 Unicamp. A **Professora Ana Aragão** agradeceu a fala da Profa. Alexandrina e  
399 destacou, com todo respeito à Faculdade de Educação, que em outubro foram  
400 orientadas por aquele colegiado a buscarem outra unidade para que esse convênio  
401 fosse estabelecido. Embora não tenham a ata, existe a gravação da reunião para  
402 constatar. Informou que o convênio foi realizado junto ao IdEA, e foi devidamente  
403 aprovado na Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade. Essa foi a  
404 primeira dimensão destacada pela docente. A seguir, frisou que para que não  
405 houvesse nenhum problema e nenhuma dúvida em relação à participação dela e da  
406 Profa. Telma junto ao convênio, além de considerar o compromisso com a  
407 universidade em relação ao RDIDP, consultaram a comissão do RDIDP quanto à  
408 questão das 8 horas semanais, e o que foi dito e escrito é que não é necessário que  
409 conste que serão 8 horas semanais, mas sim 20% do tempo da dedicação exclusiva.  
410 Ressaltou que não haveria excesso em relação a essas horas. O que estava colocado  
411 era que essas atividades seriam realizadas por ela e pela Profa. Telma de uma forma  
412 bastante detalhada e esclarecida em relação à proposta de convênio. Lembrou que  
413 no item 19 havia a solicitação de atividades simultâneas do Prof. Mauricio Ernica  
414 também vinculada a convênio. Observou que estava há 21 anos na Faculdade de  
415 Educação e nunca viu ser discutido em que momento, em que situação, em que  
416 instância, e de que forma o docente poderia exercer atividades simultâneas, porque o  
417 docente tem autonomia em relação às suas pesquisas e existe autorização da  
418 universidade para isso. A **Professora Selma Venco** iniciou sua fala dizendo que  
419 lamentava profundamente as possíveis comemorações em relação à aprovação  
420 desses convênios em outras instâncias. Como já foi dito em outras oportunidades, era  
421 vender a universidade pública, o que já havia sido amplamente discutido naquele  
422 colegiado. Era necessária uma posição na Congregação em relação às atividades  
423 simultâneas. Diferente do que o Prof. Carlos Miguel e a Profa. Ana Aragão falaram,  
424 de que “isso nunca foi discutido”, afirmou que isso já foi discutido sim. Ela mesma  
425 mencionou em outras oportunidades que se analisasse com mais cautela esses  
426 pedidos, pois quando se olha o conjunto de responsabilidades que estão relacionados  
427 nos documentos versus a quantidade de horas permitidas aos docentes de empregar  
428 em atividades simultâneas, parece que há um “super poder” para conseguir fazer tanta  
429 coisa nessas horas. Salientou que ela não dá conta de tantas atividades mesmo  
430 trabalhando aos sábados, domingos, feriados e férias. Frisou que eram duas  
431 questões: primeiro era lamentável ver colegas dessa Faculdade fazendo convênios e  
432 propostas com institutos privados, que representam o pior que se tem nessa

433 sociedade, que é uma sociedade da exploração. Isso é extremamente difícil e isso já  
434 foi falado. Então, era necessário questionar as atividades simultâneas que fogem  
435 daquilo que se vinha aprovando normalmente. Acrescentou que não se tratava de um  
436 pedido normal como todos os outros, mas muito diferente e com uma especificidade  
437 bastante nociva para a Faculdade de Educação e sobretudo para a universidade que  
438 está se locupletando com esses convênios. A **estudante Isis Caniello** fez leitura da  
439 carta dos estudantes: “É com grande pesar e espanto que nós estudantes recebemos  
440 as notícias de vínculos institucionais da Unicamp com a fundação da herdeira do  
441 Banco Itaú, Tide Setúbal, e com o Instituto Unibanco, a qual lembramos que foi  
442 rejeitada pela nossa Faculdade de Educação. Ao mesmo tempo, o mesmo núcleo  
443 ‘IdEA – Instituto de Estudos Avançados’ formou um ‘grupo de educação’ cujo ‘O foco  
444 inicial é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de referência para  
445 propostas de currículos do país’ ou seja, assumindo a BNCC de forma acrítica como  
446 as fundações empresariais têm defendido. Inclusive com a presença direta da  
447 banqueira Maria Alice Setúbal e da presidente do Todos Pela Educação, Priscila Cruz.  
448 Lembramos que quem financia o Todos Pela Educação são principalmente empresas  
449 ligadas a conglomerados de capital bancário e financeiro. E que pesquisas diversas  
450 sobre a educação e a atuação destas instituições empresariais mostram um projeto  
451 educacional ligado à formação do capital humano, com implicações que vão desde  
452 ajustes no financiamento estatal à subjetividades das trabalhadoras e trabalhadores  
453 da educação e estudantes, sobretudo, das classes populares. Vale lembrar que na  
454 última congregação nós aprovamos o repúdio a um título de Doutor Honoris causa da  
455 Unicamp em 1973 para um membro da cúpula da ditadura militar, o Jarbas  
456 Passarinho. E também que o Unibanco, na figura do Walter Moreira Salles, pai do  
457 Pedro Moreira Salles (presidente do Instituto Unibanco) apoiou o golpe militar de 1964  
458 e se beneficiou das políticas monetárias da ditadura, permitindo se tornar o maior  
459 conglomerado financeiro do hemisfério Sul. Hoje, por meio de suas fundações,  
460 querem financiar e ditar políticas sociais e educacionais com roupagem de uma  
461 democracia”. Finalizou enfatizando o posicionamento dos estudantes e a necessidade  
462 da ata da reunião de outubro/2020, porque não se recordava da sugestão de que a  
463 parceria pudesse ser feita de outra forma. A **Professora Camila Fior** agradeceu as  
464 considerações da Profa. Selma e da Profa. Alexandrina. Disse que a preocupação  
465 trazida em relação ao trabalho, foi também uma preocupação do departamento.  
466 Apesar de estar há apenas um mês na chefia, era uma variável sempre analisada,  
467 quando se aprovava um pedido dessa natureza. Salientou que eram 2 docentes com  
468 uma intensa produção acadêmica e talvez o professor Antonio Carlos pudesse auxiliar

469 nessa discussão, pois estava no fechamento das avaliações pelo Sucupira e a Profa.  
470 Telma foi solicitada pela pós-graduação para que a produção dos egressos dela  
471 pudesse ajudar a compor a avaliação do programa. Informou ainda que as 2 docentes  
472 produzem muito e têm a mesma carga horária das demais do departamento.  
473 Acrescentou que no semestre passado, com as dificuldades de alguns docentes com  
474 o uso da tecnologia, uma delas ainda conseguiu acompanhar as atividades, mas sem  
475 isso ter sido atribuído na carga horária e contabilizado para o seu respectivo RAD. As  
476 2 docentes compõem outras câmaras na universidade, como a Comissão de Bolsa e  
477 a Congregação. Ou seja, em termos das atividades que são descritas pelo  
478 departamento, as atribuições estão sendo cumpridas. Apenas para esclarecimento, o  
479 departamento fez a análise e reitera o mérito na produção acadêmica e no trabalho  
480 das colegas e por isso foi considerado que está sendo solicitado um exercício de  
481 atividades simultâneas que não vai além do que está previsto pela legislação. Por  
482 isso, a Profa. Telma faz um cancelamento inicialmente antes de fazer esse novo  
483 pedido. Colocou-se à disposição, pois seu encaminhamento foi muito sintético, pois  
484 foi o primeiro feito à Congregação. Finalizou dizendo que caso alguém quisesse ter  
485 acesso aos termos de convênio ela poderia colocar o site, pois eram públicos. A  
486 **Professora Carolina Catini** observou que a colocação em relação às atividades  
487 simultâneas de modo algum estava questionando cada um dos docentes da FE e a  
488 sua situação, mas sim colocando em discussão os espaços coletivos e os  
489 encaminhamentos. No seminário Desafios da Faculdade de Educação foi pautada a  
490 questão de intensificação de trabalho. Inclusive lembrou de uma fala do Prof.  
491 Anderson sobre o trabalho na gestão universitária ocupar muito tempo da vida na  
492 universidade. Portanto, as atividades simultâneas colocam algum problema e não é  
493 possível ver isso separado de outros processos que a Faculdade de Educação está  
494 passando. No Seminário, que foi um espaço coletivo de fala, houve a possibilidade de  
495 ver vários problemas que são decorrência de um vagalhão de um processo de  
496 destruição da universidade. Por exemplo: o que vai ser da universidade sem ter  
497 contratações previstas? A concorrência entre docentes para poder ter direito à  
498 progressão da carreira! A universidade está num ritmo acelerado de processo de  
499 destruição no qual a privatização vai junto. E era uma desqualificação da Faculdade  
500 em relação a um posicionamento político, frente ao processo de privatização. Pois  
501 para falar de um processo de decisão democrático de valorização da FE, numa  
502 reunião de congregação decidiu ser contrária à parceria com os Institutos Itaú-  
503 Unibanco e naquele momento tinha uma discussão reduzida e despolitizada, apenas  
504 de concordância se os colegas poderiam dedicar seus trabalhos a essas instituições.

505 Sabe-se que há divergências entre a comunidade da FE, cujas posições são  
506 respeitadas, onde uns acham que é privatização e neoliberalismo, enquanto outros  
507 acham que é a luta pelo direito à educação. Houve divergência naquela reunião de  
508 outubro, todavia foi tomada a decisão de forma coletiva. Naquele momento o  
509 colegiado deveria decidir se os colegas poderiam ou não ser dispensados do trabalho  
510 na Unicamp ou congregar os 2 trabalhos e legitimar a entrada dessas organizações  
511 na UNICAMP. Frisou que era gravíssimo que fossem professoras da Faculdade de  
512 Educação que estavam legitimando a entrada deles na Unicamp. Observou que era  
513 um processo de cerceamento e agora no serviço público. “Alguém aqui foi consultado  
514 se era possível que entrasse no IdEA, que entrasse no conselho, Neca Setúbal e  
515 Priscilla Cruz, presidente do Todos pela Educação? Alguém aqui foi consultado se a  
516 UNICAMP Ventures podia fazer parte do conselho? O presidente do Ifood, do Quinto  
517 Andar, ninguém aqui foi consultado, certo?” A universidade está virando uma empresa  
518 sem que ninguém possa decidir. A consequência disso era que a Congregação  
519 decidiria se as docentes poderiam trabalhar lá e assim todos estariam trabalhando  
520 para eles sem que se possa decidir. Finalizou dizendo que era fundamental considerar  
521 os espaços democráticos da FE. No seminário desafios da FE foram apontadas as  
522 consequências da precarização, assim como a Congregação decidiu pela não  
523 parceria com esse convênio. A **estudante Michelle Simões** observou que, por mais  
524 que a questão da atividade simultânea seja difícil de ser questionada por ter respaldo  
525 na própria instituição, nada impede que haja discordância. Em sua opinião esse tipo  
526 de atividade pode ser visto, inclusive, como uma forma de precarização do trabalho  
527 docente dentro da universidade, tirando o docente da atividade exclusiva de pesquisa,  
528 ensino e extensão. Comentou que o mérito político da proposta não poderia passar  
529 despercebido a uma Congregação que há poucos meses aprovou um repúdio a esse  
530 tipo de aliança com as instituições privadas, em particular o debate sobre os perigos  
531 do Instituto Unibanco e o caráter das pesquisas desse tipo de instituto. Frisou que eles  
532 trabalham com a formação docente na base, numa lógica de tecnicismo do trabalho,  
533 prejudicando a formação principalmente das classes mais populares. Ressaltou que  
534 era impossível a ela, como ingressante pelas cotas, deixar passar despercebido sem  
535 fazer oposição. Disse que a herdeira do Itaú-Unibanco é uma bilionária que financia  
536 projetos de desigualdade educacional, como se a própria herança que ela acumulou  
537 e que o Instituto Unibanco segue acumulando em cima do estado brasileiro, não fosse  
538 resultado de um mesmo processo social, econômico e histórico. O estado brasileiro  
539 gasta mais de 40% do seu orçamento anual com impostos, em pagamento com a  
540 dívida pública, no qual o Itaú-Unibanco tem uma grande parcela desses lucros, além

541 de serem isentos de diversas tributações. Enquanto que o investimento em educação,  
542 tanto básica quanto superior, não passa dos 3%, mesmo neste ano, durante uma  
543 condição de pandemia em que os investimentos deveriam ter sido muito maiores tanto  
544 pelas condições do ensino remoto quanto pelas próprias condições de desigualdade  
545 no ensino que todos estão enfrentando por conta de toda a crise. Lembrou que a FE  
546 tem uma responsabilidade com a universidade, especialmente nesse momento em  
547 que se discute uma ameaça autoritária e antidemocrática no governo federal, que  
548 constantemente ameaça também os orçamentos das universidades públicas e o  
549 programa que a universidade pública democrática defende. É essencial que haja uma  
550 reflexão de como defender a autonomia universitária, no sentido econômico, porque  
551 a FE deveria estar pautando o aumento do ICMS, o aumento da taxação de fortunas,  
552 de novas formas de financiamento de orçamento pra universidade e não a aliança  
553 com os setores privados, que contribuem com a crise na educação a nível nacional e  
554 local e também a nível democrático, e que interferem diretamente no âmbito da  
555 pesquisa. Finalizou dizendo que, embora acredite na aprovação dos itens em questão,  
556 quis deixar uma mensagem aos professores envolvidos, para que de fato refletissem  
557 sobre o trabalho da FE estar contribuindo com a instituição e com a comunidade da  
558 Unicamp, tanto a interna quanto a externa. O **Professor Carlos Miguel Ribeiro** iniciou  
559 sua fala dizendo que parecia estar tendo um *déjà-vu*, pois não sabia se estava em  
560 dezembro ou estava em março. O que estava sendo discutido não era o convênio,  
561 mas um conjunto de aprovação ou não de atividades simultâneas de 3 docentes, e  
562 que a diferença dos demais parecia ser a natureza dessas atividades simultâneas.  
563 Expôs que todos defendem uma universidade pública e gratuita, pelo menos disse  
564 acreditar que isso seja verdade. Mas talvez se tenha diferentes formas de entender o  
565 que significa universidade pública e gratuita muito mais em termos de se entender  
566 qual é o papel e qual é a responsabilidade propositiva para que a universidade  
567 continue sendo pública, gratuita e de qualidade. Finalizou dizendo que desde que  
568 estava na Congregação, nunca tinha visto esse tema ser discutido, mas em sua  
569 opinião o que estava sendo discutido, na verdade, era a liberdade acadêmica, o  
570 controle do que cada um pode ou não fazer. Isso tem um nome e cada um dá o nome  
571 que acha que deve dar. O **Professor Arnaldo Pinto Júnior** iniciou sua fala dizendo  
572 que achava muito importante o debate, e a Congregação era um lugar plural de  
573 debate, e ali estavam debatendo importantes posições políticas de diferentes matizes.  
574 Entretanto, a discussão em questão era sobre a aprovação ou não das atividades  
575 simultâneas. Como representante do DELART, frisou que o projeto não estava sendo  
576 avaliado. O departamento foi cuidadoso no processo de análise da solicitação do Prof.

577 Maurício, não querendo, por exemplo, desqualificar o Núcleo de Estudos de Políticas  
578 Públicas que está abrigando esse projeto ou colocar em questão a força e a lisura da  
579 Funcamp, que é a interveniente do projeto que o Prof. Maurício Ernica irá coordenar,  
580 caso seja aprovado. Era importante também lembrar que o tema da discussão que o  
581 Prof. Maurício está desenvolvendo junto com colegas é a desigualdade no país e  
582 naquela reunião estavam tratando de desigualdade, quando os posicionamentos  
583 políticos eram colocados. Finalizou sua fala reforçando a ideia de que o que estava  
584 se discutindo era a aprovação dos trabalhos dos colegas, que com certeza ele *a priori*  
585 disse acreditar serem cumpridos: não só seus compromissos éticos e profissionais na  
586 universidade, como também o desenvolvimento do debate em outras instâncias. A  
587 **estudante Viviane Cardoso da Silva** iniciou sua fala dizendo que a questão era  
588 justamente a essência das atividades simultâneas, porque a existência das atividades  
589 simultâneas já estava prevista no regimento da universidade, e era exercida por vários  
590 institutos, inclusive com o setor privado. Entretanto, tratava-se da Faculdade de  
591 Educação, lembrando que haviam acabado de aprovar uma carta sobre a ditadura  
592 militar e o “ranço” que ela traz para a história até hoje. Que tragédia era ver uma  
593 universidade como a Unicamp filiando-se à Tide Setúbal, filiando-se ao Todos pela  
594 Educação, que dizem defender a educação pública “democraticíssima”. “Que  
595 democracia é essa defendida? E a Priscilla Cruz e a Maria Alice serem convidadas  
596 justamente para fazerem parte de um grupo da Unicamp que tem ideias livres, é o  
597 IdEA, mas para falar de educação. E a Faculdade de Educação? Está onde nesse  
598 processo?” Há uma professora lá que representa também alguns interesses dentro  
599 da Faculdade. Será que é a democracia que está sendo falada enquanto autonomia,  
600 enquanto uma universidade que pensa sobre a escola pública de forma ampliada, não  
601 apenas a partir de um projeto de sociedade em que se delegam aos alunos da escola  
602 pública o que eles têm que ser sem eles terem ao menos a condição de dizer o que  
603 eles querem ser no futuro? É isso que o Unibanco, por exemplo, propõe. Frisou que  
604 estava falando com propriedade, pois é uma estudiosa também sobre a privatização  
605 da educação básica assim como vários dos pesquisadores que ali estavam. Então é  
606 a essência. Lamentou as falas de vários professores ali em que defenderam na  
607 reunião de outubro/2020 a importância de se juntar ao Instituto Unibanco etc. Em todo  
608 aquele debate foi muito falado sobre a defesa da escola pública, mas que escola  
609 pública? Que escola pública é essa atrelada ao setor privado? Quem diz hoje no Brasil  
610 qual é a política pública que vai ser implementada nas escolas, nos sistemas,  
611 principalmente públicos, é o setor privado. Salientou que não eram contrários ao  
612 mérito da Profa. Ana Aragão, da Profa. Telma, do Prof. Maurício. Todos têm mérito,

613 além de produtividade. Finalizou ponderando que eram contrários a qualquer tipo de  
614 parceria com o setor privado, seja com a Tide Setúbal, seja com o Instituto Unibanco,  
615 seja com a Fundação Leman, seja com qualquer instituição que trouxesse nocividade  
616 ao desenvolvimento de uma escola pública plural, de uma escola pública democrática  
617 e principalmente autônoma dentro dos sistema públicos de ensino. **A estudante Júlia**  
618 **Zan** informou que faria a leitura do complemento da carta que a estudante Isis leu no  
619 em sua fala, mas não conseguiu complementar: “Lembramos que a Faculdade de  
620 Educação tem uma vasta produção crítica sobre a atuação destas fundações e  
621 instituições empresariais, seja por meio dos professores ou pesquisadores de  
622 graduação e pós-graduação. Por isso, questionamos o esvaziamento político da  
623 Congregação e da FE, em sua autonomia, ao rejeitar a proposta de convênio com o  
624 Instituto Unibanco e se deparar com o mesmo por fora da Faculdade. Ao mesmo  
625 tempo, questionamos a Unicamp por seguir com a decisão de realizar estes  
626 convênios, com o intuito de legitimar pesquisas sobre educação das fundações  
627 empresariais em completa desconsideração com a produção de conhecimento dos  
628 docentes e discentes da própria Faculdade de Educação. Portanto, demandamos da  
629 FE um posicionamento crítico sobre a presença destas instituições empresariais  
630 dentro da Unicamp e seu significado político, ressaltando as pesquisas da casa sobre  
631 privatização da educação e a luta histórica pela defesa da educação pública”. A  
632 **Professora Fabiana Rodrigues** iniciou sua fala dizendo que era um dia difícil, e usou  
633 o termo de René Dreifuss: ditadura empresarial-militar para se referir a 64. Mencionou  
634 que achava muito grave o tempo atual. Era necessário prezar pelos espaços  
635 democráticos, do qual a Congregação era um deles. Em outubro foi feito uma boa  
636 discussão, um rico debate que deu continuidade na própria lista docente, através de  
637 uma série de manifestações. Lamentou não ter disponível a ata, o registro e  
638 publicização de um debate que não era qualquer um, mas que era parte importante  
639 da gestão democrática e em especial um tema que mobilizou tanto a comunidade da  
640 FE. Ressaltou que aquele não era é um pedido normal, por isso, reafirmou que não  
641 se tratava de falar do mérito, da competência, da produção das professoras. Tratava-  
642 se de discutir uma questão política. A Faculdade de Educação mais uma vez estava  
643 dividida com relação a esse tema. Os itens destacados diziam respeito a relação entre  
644 a universidade pública e as fundações privadas que têm como mote a privatização da  
645 educação, por maneiras das mais rebuscadas, que exigem muitas mediações para  
646 serem entendidas. Então, a FE está dividida em relação a esse tema, o que exige e  
647 traz a necessidade de que seja mais debatido e que a FE tenha de fato um  
648 posicionamento. Esse tema não é qualquer tema, é um assunto fundamental da

649 educação brasileira hoje: a relação entre universidade e setor privado, que diz respeito  
650 à privatização da universidade e a privatização do ensino básico. Salientou que a FE  
651 tem um dos grandes estudos no Brasil da privatização que se chama Luiz Carlos de  
652 Freitas. Ele tem mostrado nas suas pesquisas que os setores obscurantistas no Brasil  
653 não estão descolados dos setores privatistas. Finalizou dizendo que era da maior  
654 urgência a realização desse debate na Faculdade de Educação. Era fundamental que  
655 não produzam nenhum tipo de esvaziamento político na Congregação, das  
656 discussões que possam valorizar o acúmulo, a construção coletiva. A **Professora**  
657 **Soely Polydoro** destacou com bastante força que concordava muito com a  
658 importância do tema e um necessário posicionamento da Faculdade de Educação.  
659 Não tinha dúvidas quanto a isso e achava que a FE estava muito atrasada em relação  
660 a essa discussão, o que já devia ter acontecido há anos, ou no mínimo a partir de  
661 outubro/2020, pois estavam em março e não foi pautada essa discussão de forma a  
662 se pensar um posicionamento da Faculdade diante dessas questões; mais que isso,  
663 um posicionamento que resultasse em diretrizes e parâmetros em proposições da  
664 Faculdade em relação a essa situação. Em vez de se travar uma discussão  
665 necessária, fundamental na forma que ela merece ser discutida, o que tem sido feito,  
666 e ela discorda era uma discussão do tema a partir de itens de pautas específicos,  
667 pessoais. Há que se rever se esse é um bom caminho. “Discutir o tema é fundamental,  
668 porém, é assim que a Faculdade de Educação quer tratar um tema de tamanha  
669 responsabilidade, de tamanho e impacto para sociedade? A partir de decisões  
670 pontuais?” Chamou a atenção para a necessidade de definição com exatidão uma  
671 posição da Faculdade de Educação que gere diretrizes e que o tema não seja debatido  
672 quando há posições pessoais, que têm nomes, que têm pessoas. Trouxe um elemento  
673 bem concreto em que a Faculdade de Educação já operacionalizou atividade  
674 simultânea com a fundação Unibanco em outras situações, como pode ser constatado  
675 no item 16 da pauta, em que foi aprovado o cancelamento de um convênio com a  
676 Fundação Unibanco. Fica claro que era possível rever a posição, mas também não dá  
677 para dizer que isso não foi feito desde a outra vez por recomendação da Congregação.  
678 Se não tem a ata de outubro, tem a ata do outro ano e que isso está claramente posto  
679 lá: que a Faculdade de Educação não poderia assumir essa atuação, não poderia ter  
680 o nome da Faculdade, mas que fosse então remetido a um posicionamento pessoal,  
681 ou seja, um vínculo pessoal. É para isso que a atividade simultânea acontece.  
682 Finalizou dizendo que havia 2 discussões: uma era a questão com quem fazemos a  
683 atividade simultânea e a outra era o que se entende por atividade simultânea em geral.  
684 O **Professor Lalo Minto** salientou que de fato era muito ruim quando são obrigados

685 a tratar de certos assuntos mediante pedidos de pessoas. No entanto, ponderou que  
686 são as instâncias que precisavam decidir sobre os pedidos, tais como: atividades  
687 simultâneas, cursos pagos, entre outros, porque era o lugar onde se faz a realização,  
688 o controle sobre uma política que está sendo realizada e também uma política que se  
689 deseja que seja realizada. Deu o exemplo de uma política que autoriza a cobrança de  
690 cursos de extensão ou de especialização ou então essa legislação de 2019 que  
691 permite que cursos presenciais tenham até 40% de carga em EAD. Frisou que não  
692 eram decisões que não são tomadas num momento e depois acabam e tudo tem que  
693 ser feito seguindo tais regras. Cada vez que tem um pedido novo e uma decisão nova  
694 a ser tomada, isso é política. Essa política real, não é a política que está escrita num  
695 texto normativo, pois aquilo não se esgota, não se auto realiza nunca. Ressaltou que  
696 o debate que estava ocorrendo ali, não era de fato um debate qualquer, porque ele  
697 envolvia decisões fundamentais que já foram tomadas na Congregação e que não são  
698 só referentes a normas que existem ou não, mas são referentes à nossa política, a  
699 postura institucional da FE. Era ao projeto que a FE deseja que seja realizado na  
700 educação brasileira, mesmo diante de uma conjuntura tão adversa, tão negativa, tão  
701 contrária a esse projeto. Lembrou que um dos pilares do projeto de universidade é o  
702 RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência e a Pesquisa, que foi conquistado  
703 com muita luta de várias gerações que os antecederam. E essa configuração que o  
704 RDIDP foi concomitante à luta contra a ditadura. Não tem como separar as duas  
705 coisas que a universidade pública depois de 1988 é também fruto direto das lutas que  
706 foram feitas contra a ditadura que, aliás alguns iriam celebrar, como o dia fatídico.  
707 Então, toda vez que uma decisão é tomada e que envolve regime de trabalho e  
708 dedicação às nossas atividades-fim, a política está acontecendo, não é apenas  
709 casuísmo. Frisou sua fala dizendo que achava não ser possível ter como postura  
710 institucional apenas carimbar pedidos que são feitos, mas a cada vez que eles fossem  
711 apresentados, houvesse, de fato, uma avaliação se o que estava sendo proposto  
712 correspondia ou não ao projeto institucional que a FE defende. Ao seu ver, parecia  
713 que, pela maioria das falas ali colocadas, muitos têm dúvidas sobre isso, e inclui  
714 também os pedidos de atividades simultâneas que não foram destacados. Havia  
715 condições de se fazer tudo o que estava ali solicitado? Finalizou dizendo que para ele  
716 o dilaceramento do RDIDP que as normas já autorizam, precisa ser sempre reavaliado  
717 nas instâncias decisórias, pois esse é o nosso papel enquanto instância política e  
718 enquanto colegiado, senão bastaria autorizar tudo e nem precisaria de decisões. A  
719 **estudante Viviane Cardoso da Silva** propôs que fosse feito um debate mais amplo  
720 sobre a forma que a Faculdade de Educação vai encarar a questão sobre os grupos

721 empresariais, algo que está sendo protelado historicamente. Outra coisa que a Júlia  
722 colocou ali, era que o colegiado precisava da ata do mês de outubro, embora  
723 saibamos que esteja construção. Ela é fundamental para, inclusive, tentar propor uma  
724 nota sobre o que foi decidido em outubro. O **Professor Alexandro Paixão** pediu a  
725 palavra para dizer que já foi esclarecida a questão da ata e pediu para os conselheiros  
726 serem um pouco mais solidários, pois era apenas uma secretária e as congregações  
727 geram outras atas. Lembrou que era desta mesma Faculdade que foi feito o pedido  
728 de respeito em consideração ao trabalho dos funcionários. Salientou que Raquel é  
729 uma única pessoa, é mãe, tem filhos e não foi possível a transcrição de mais de 3  
730 horas de reunião, assim como a próxima ata desta reunião. Pediu que considerassem  
731 isso. Afirmou o compromisso da Direção de que na próxima reunião da Congregação  
732 a ata estaria disponível. Já haviam pedido desculpas pelo fato da ata não ter sido  
733 entregue e não precisavam mais falar sobre isso. A **Professora Fabiana Rodrigues**  
734 pediu um à parte no comentário do Alexandro, para esclarecer que foi uma das  
735 pessoas que comentou sobre a ata algumas vezes e em nenhum momento estava  
736 fazendo qualquer julgamento com relação ao trabalho da Raquel, que sabia e entendia  
737 todas as questões que o Alexandro havia colocado. O que disse era sobre prioridades  
738 e a necessidade do documento. O **Professor Alexandro Paixão** salientou que sua  
739 fala foi em nome da Raquel, pois embora ela estivesse presente não tinha fala naquele  
740 colegiado. A **estudante Viviane Cardoso da Silva** ressaltou que fez menção à ata  
741 para reforçar a importância do documento, não para que a servidora fosse oprimida a  
742 trabalhar além de sua jornada. A **Professora Nima Spigolon** fez um adendo à  
743 questão, pois expunha muito bem e de forma prática o que tem sido falado sobre a  
744 carga de trabalho de todos ali. Se dispôs a ceder um/a bolsista para colaborar na  
745 transcrição, pois considerava muito importante essa solidariedade. O **Professor Renê**  
746 **Trentin** disse que precisavam partir para a votação, entretanto, ele precisava fazer  
747 alguns comentários. Foi associada à discussão sobre a precarização do trabalho  
748 docente, mas era preciso tomar cuidado quando se fala genericamente de atividade  
749 simultânea, pois na verdade não é a atividade simultânea que precariza o trabalho  
750 docente. Isso é uma decisão do docente compartilhada no seu departamento e com  
751 uma condição prevista institucionalmente. Questionou se a proposta seria de que  
752 nenhum docente fizesse atividades simultâneas? Salientou que essa também é uma  
753 forma de levar conhecimento produzido na Unicamp para fora, de intervir nas políticas  
754 públicas. Como seria possível intervir nas políticas públicas sem a participação em  
755 órgãos, por exemplo? Citou como exemplo sua própria proposta de atividade  
756 simultânea, que é uma atividade que está realizando junto à Prefeitura de São Paulo,

757 associada a seu objeto que pesquisa, dando assim oportunidade de interferir numa  
758 política pública que é o ensino de filosofia. Isso seria barrado? Questionou, então, o  
759 que, de fato, incomodava nesse tema? Como mencionou a Profa. Fabiana, trata-se  
760 de uma questão política de com quem são feitas as parcerias. Concordou com a  
761 necessidade de se discutir sobre isso, entretanto, discordou de que isso não tenha  
762 ainda sido discutido na FE. Inclusive, acolhendo a proposta da estudante Viviane, está  
763 prevista uma reunião com a Coordenadora de Extensão para traçar alguns  
764 encaminhamentos, dentre os quais a revisão do Regimento da Extensão, que foi hoje  
765 objeto de intensa discussão. Muitos dos conselheiros nem estavam na FE quando a  
766 discussão do regimento começou, o que durou mais de 1 ano. Outra questão que  
767 destacou e que apareceu também na reunião de outubro, pois já tinha ouvido boa  
768 parte da reunião, é que das mais de 3 horas de discussão naquela ocasião não deve  
769 ter havido nem uns 2 minutos em que se falou dos projetos em si. Toda a discussão  
770 girou em torno da questão política. Ninguém quis saber exatamente o que estava  
771 sendo proposto naquele convênio, nem o que as proponentes iam fazer exatamente.  
772 Quanto ao item 19, se o Prof. Arnaldo não tivesse falado, ninguém saberia o que o  
773 Prof. Maurício irá fazer. Ou seja, o objeto da proposta não estava sendo colocado em  
774 discussão, nem despertando o interesse. Há uma questão política de fundo.  
775 Mencionou ainda que na Congregação passada, o colegiado tomou uma posição  
776 bastante forte, de recusar uma interferência externa numa decisão da Faculdade, que  
777 foi a questão do selo Paulo Freire. Foi uma votação unânime, após uma longa  
778 discussão. Pela fala do Prof. Arnaldo, a posição que fosse tomada ali poderia,  
779 inclusive, inviabilizar um convênio estabelecido por uma outra unidade da Unicamp.  
780 Questionou em que medida também a FE tem condição de interferir naquilo que as  
781 outras unidades propõem e fazem, considerando a legislação superior da  
782 universidade que dá amparo a essas decisões. Era algo a se pensar: se a FE não  
783 quer isso para ela, não deveria fazer também para os outros institutos. Finalizou com  
784 a observação de que considerava importante pensar nas discussões daqui para frente  
785 que era a questão da liberdade dos docentes em suas atividades acadêmicas. A  
786 **estudante Viviane Cardoso da Silva** pediu questão de ordem, pois disse entender a  
787 fala do Prof. Renê como uma defesa aos pontos que seriam votados, além de  
788 ponderar as questões depois de já terem terminado o debate, o que considerava  
789 complicado. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que também tinha direito à fala na  
790 Congregação e deu continuidade para completar seu raciocínio. O **Professor Miguel**  
791 **Ribeiro** tocou na questão da liberdade. Então o que seria decidido exatamente? Seria  
792 estabelecido um critério? Os convênios poderiam ser feitos com determinadas

793 entidades apenas? Observou que qualquer atividade voluntária que não envolva  
794 remuneração também pode ser considerada atividade simultânea. Reconheceu a  
795 importância do debate político tão mencionado, pois é fundamental, mas todas as  
796 questões devem ser levantadas. Sugeriu que os itens fossem colocados em votação.  
797 A **Professora Selma Venco** mencionou que não se poderia colocar em votação após  
798 a defesa do Prof. Renê. O **Professor Renê Trentin** disse que poderia abrir para outra  
799 defesa e perguntou se ela gostaria de falar. A **Professora Selma Venco** observou  
800 que o Prof. Renê colocou várias coisas muito complicadas, como se eles estivessem  
801 sendo negligentes em relação às questões que estavam colocadas. Disse que  
802 chamou muito sua atenção o pedido de atividades simultâneas do Prof. Renê.  
803 Ressaltou que não compreendia como com todo o trabalho que os docentes têm, e  
804 ele ainda acumulando com a gestão da FE, que é um trabalho *full time*, consegue  
805 desenvolver atividades simultâneas. Entretanto, achava que 2h30m dedicadas a um  
806 projeto é muito diferente da dedicação a um projeto que fere toda a defesa da  
807 educação pública e da universidade pública no país, como a Unicamp. Mencionou que  
808 os argumentos apresentados por ele tinham um peso. Não se tratava de cercear a  
809 liberdade de ninguém, mas uma chamada de atenção para a coerência necessária no  
810 interior da universidade, entre aquilo que é falado, escrito e ensinado e à prática. A  
811 FE fica vendendo cursos em nome do que, por exemplo? É uma discussão que já vem  
812 ocorrendo há tempos. É muito complicado. Finalizou dizendo que tinha uma *live* às  
813 14h e achava que os itens precisavam ser votados e voltou a mencionar que a defesa  
814 feita pelo Prof. Renê às vésperas de se votar foi bastante complicada. O **Professor**  
815 **Renê Trentin** agradeceu a Profa. Selma e perguntou aos conselheiros se poderia  
816 colocar os itens em votação ou alguém tinha alguma observação ainda. A **Professora**  
817 **Alexandrina Monteiro** perguntou o que exatamente ia ser votado. O **Professor Renê**  
818 **Trentin** esclareceu que iria submeter à votação os itens 17, 18 e 19. A **estudante Isis**  
819 **Caniello** disse que queria pedir mais cuidado e respeito da Direção e da mesa, pois  
820 às vezes as falas dos estudantes eram cortadas, por não terem a mesma opinião da  
821 Direção. Salientou que era algo levantado desde o ano passado. Observou que era  
822 importante que o Prof. Renê se inscrevesse para participar da discussão no momento  
823 da discussão, pois se a sua fala fica por último, não é possível discutir o que ele  
824 pontuou. O **Professor Renê Trentin** esclareceu que não acreditava ter interrompido  
825 a fala de nenhum estudante. Caso tenha feito isso, foi algo imperceptível de sua parte,  
826 pelo que se desculpava. Com relação ao seu posicionamento, solicitou que  
827 compreendessem, pois a Direção estava tentando mediar a discussão. Frisou que,  
828 indiferente do ponto de vista pessoal, o olhar de quem está na gestão é o olhar da

829 regulamentação, da legislação. Os docentes têm o direito de apresentar suas  
830 propostas e que seus comentários não tinham relação com sua posição pessoal sobre  
831 o tema. Ressaltou que a proposta dos itens em questão estava de acordo com a  
832 legislação atual. Assim os proponentes têm o direito de encaminhar sua proposta e  
833 não cabe à direção o impedimento. A questão é complexa, há que se ter tranquilidade  
834 para conversar desse assunto, respeitando e levando em consideração todas as  
835 posições e não só uma. Finalizou dizendo que esse era seu objetivo, permitindo que  
836 todos falassem, inclusive com extrapolação do tempo. A **estudante Michelle Simões**  
837 reforçou o encaminhamento da estudante Júlia que propôs de se escrever uma nota  
838 para aprovar na congregação, talvez na próxima reunião, com relação aos convênios  
839 e com relação ao posicionamento da Faculdade de Educação baseado no acúmulo,  
840 em especial na congregação de outubro, para se elaborar melhor qual é a visão da  
841 universidade em relação a isso. Reforçou a necessidade de pautar na próxima  
842 Congregação essa discussão. Também comentou que, além das interrupções, havia  
843 algumas posturas, por exemplo, expressões e formas de se colocar frente à reunião.  
844 Mencionou ainda que o Prof. Renê poderia ter uma posição mais democrática e levar  
845 em consideração de forma mais igualitária a posição discente em especial. O  
846 **Professor Renê Trentin** disse que iria se policiar para ver se conseguia ser um pouco  
847 mais democrático, conforme estavam solicitando. Observou que a proposta que a  
848 estudante Michelle Simões lembrou, pressupõe um debate antes, pois não era  
849 possível fazer uma nota sobre aquilo que ainda não foi suficientemente debatido. A  
850 congregação de outubro deliberou sobre uma proposta em particular de convênio, não  
851 sobre uma posição da Faculdade referente aos convênios de maneira genérica. Então  
852 seria necessária uma conversa feita na instância da Coordenação de Extensão da FE,  
853 onde surgem as demandas de convênios. Uma vez feita essa discussão, talvez pensar  
854 em um seminário ou um melhor formato de encaminhamento. Lembrou que na  
855 próxima revisão do regimento de extensão seria bom rever esse aspecto, porque é aí  
856 que essa questão tem que aparecer. Não adiantaria uma nota da Congregação, tendo  
857 um regimento que diz o contrário. Seria importante desencadear uma discussão talvez  
858 coordenada pela extensão da FE. Inclusive, há outros pontos do regimento que  
859 precisam ser revistos, como por exemplo os cursos lato sensu que não aparecem no  
860 texto. Não existe mais curso de especialização em extensão. É preciso atualizar o  
861 regimento de qualquer maneira, e talvez aproveitar e fazer essa discussão para ver  
862 se é possível pelo menos pacificar um pouco esse assunto, trabalhando assim de  
863 maneira mais tranquila sem tanto calor emocional. A **estudante Michelle Simões**  
864 afirmou que concordava com a proposta, pois a ideia era que o debate seguisse e não

865 se encerrasse ali. A **Professora Ana Lúcia Horta** mencionou que sua fala no  
866 Seminário Desafios da FE trouxe essa questão que era um grande desafio para a  
867 coordenação: a discussão diante do movimento privatista da universidade. Existe uma  
868 pressão por dentro e por fora da universidade para captação de recursos. Talvez seja  
869 possível essa discussão na plenária, mas caso não dê tempo, que ao menos saia uma  
870 proposta de como enfrentar essa discussão, que em sua opinião vai além da  
871 Coordenação de Extensão, porque é um tema que abrange outros aspectos e outras  
872 relações da própria Unidade. Após as intervenções dos conselheiros, o **Professor Renê**  
873 **Trentin** submeteu os **itens 17, 18 e 19** para votação. O resultado foi o seguinte: 11 votos  
874 favoráveis; 11 votos contrários e 4 abstenções, cabendo ao Presidente da sessão o voto de  
875 minerva. O **Professor Renê Trentin** declarou que sua posição pessoal sobre o tema não  
876 importava e que, enquanto presidente da Congregação, deveria observar a  
877 institucionalidade dos processos. Em função disso seu voto seria favorável. Sendo  
878 assim, os *itens 17, 18 e 19 foram aprovados, com 12 votos favoráveis, 11 votos contrários e*  
879 *4 abstenções*. Em seguida, o **Professor Renê Trentin** encerrou a reunião agradecendo  
880 a presença de todos reiterando o pedido de que todos se cuidem e cuidem uns dos  
881 outros. Nada mais havendo a tratar, eu, Raquel Pigatto Vale Menezes, secretária da  
882 Diretoria da Faculdade de Educação, redigi e digitei a presente ata que assino e  
883 submeto à apreciação dos senhores conselheiros. Cidade Universitária “Zeferino  
884 Vaz”, 22 de abril de 2021.